

T4F Entretenimento S.A.

**Informações Trimestrais (ITR) em
30 de junho de 2018
e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
T4F Entretenimento S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária" e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2018

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Ricardo Novaes de Queiroz
Contador CRC 1DF012332/O-2

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6.a)	110.715	138.942	171.148	198.015	Fornecedores	16	24.996	22.174	68.858	69.077
Aplicações financeiras	6.b)	503	-	503	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	17.074	17.376	17.074	17.376
Caixa restrito	7	2.003	6.773	2.003	6.773	Salários, provisões e encargos sociais		4.531	3.455	6.017	5.321
Contas a receber de clientes	8	29.151	122.684	50.826	174.193	Impostos e contribuições a recolher	18	716	3.251	5.903	15.104
Estoques		170	105	886	1.019	Adiantamentos de clientes	19	89.230	158.065	125.270	195.959
Impostos a recuperar	9	7.913	2.316	26.276	24.576	Patrocínios - Lei de Incentivo à Cultura	20	-	4.282	-	4.282
Adiantamentos a fornecedores	10	2.572	3.721	13.678	11.379	Dividendos a pagar		-	10.534	-	10.534
Custos antecipados	11	57.502	24.755	88.876	37.372	Partes relacionadas	13	27.939	27.849	-	-
Dividendos a receber de controladas		-	1.461	-	-	Outras obrigações	22	4.247	2.242	10.787	11.509
Outras contas a receber	12	5.425	1.379	23.825	19.171	Total do passivo circulante		168.733	249.228	233.909	329.162
Total do ativo circulante		215.954	302.136	378.021	472.498	NÃO CIRCULANTE					
NÃO CIRCULANTE						Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Realizável a longo prazo:						Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	-	8.333	-	8.333
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	52.312	55.180	56.697	59.527	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	22.877	21.815	24.882	23.885
Depósitos judiciais	21	23.659	22.071	26.046	24.698	Provisão para perdas em investimentos em controladas	14.a)	6.584	2.723	-	-
Partes relacionadas	13	18.974	21.217	897	7.957	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29	-	-	181	203
Total do realizável a longo prazo		94.945	98.468	83.640	92.182	Impostos e contribuições a recolher	18	5.146	5.293	5.376	5.752
Investimentos em controladas	14.a)	93.795	88.733	-	-	Outras obrigações	22	1.149	1.343	1.141	3.364
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	110.487	110.487	-	-	Total do passivo não circulante		35.756	39.507	31.580	41.537
Imobilizado	15.a)	8.627	9.412	14.086	15.697	Total do passivo		204.489	288.735	265.489	370.699
Intangível:						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Ágio na aquisição de investimentos	14.b)	-	-	112.397	113.008	Capital social	23	243.022	243.022	243.022	243.022
Outros intangíveis	15.b)	2.469	3.022	3.508	4.099	Gastos com emissão de ações	23	(9.665)	(9.665)	(9.665)	(9.665)
Total do ativo não circulante		310.323	310.122	213.631	224.986	Reservas de capital	23	5.560	4.853	5.560	4.853
						Ações em tesouraria	23	(2.131)	(263)	(2.131)	(263)
						Reserva de reavaliação	15.c)	905	935	905	935
						Reservas de lucros	23	67.630	70.510	67.630	70.510
						Outros resultados abrangentes	23	16.467	14.131	16.467	14.131
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		321.788	323.523	321.788	323.523
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.375	3.262
						no patrimônio líquido das controladas		-	-	4.375	3.262
						Total do patrimônio líquido consolidado		321.788	323.523	326.163	326.785
						TOTAL DO ATIVO					
		526.277	612.258	591.652	697.484	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		526.277	612.258	591.652	697.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
RECEITA LÍQUIDA	24	39.605	179.961	125.145	222.784	71.698	266.045	170.908	308.425
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DOS PRODUTOS VENDIDOS	25.b)	(32.636)	(147.320)	(99.063)	(174.740)	(60.612)	(219.932)	(135.937)	(244.726)
LUCRO BRUTO		6.969	32.641	26.082	48.044	11.086	46.113	34.971	63.699
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS									
Vendas	25.a)	(169)	(407)	(91)	(346)	(520)	(938)	(221)	(618)
Gerais e administrativas	25.a)	(8.096)	(18.401)	(9.839)	(19.579)	(11.311)	(28.579)	(16.730)	(32.226)
Remuneração dos administradores	13.2 e 25.a)	(1.663)	(5.298)	(1.260)	(4.058)	(4.026)	(6.363)	(1.538)	(5.028)
Equivalência patrimonial	14	2.385	(1.134)	(504)	(703)	-	-	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	28	5.092	5.798	383	(254)	4.683	4.275	156	350
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		4.518	13.199	14.771	23.104	(88)	14.508	16.638	26.177
RESULTADO FINANCEIRO									
Despesas financeiras	27	(1.612)	(2.820)	(2.644)	(6.201)	(1.477)	(3.852)	(3.833)	(7.952)
Receitas financeiras	27	2.076	4.311	1.540	4.187	2.581	6.134	2.959	6.717
Varição cambial e monetária, líquida	27	267	(1.290)	(1.238)	532	5.539	3.124	(992)	870
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		5.249	13.400	12.429	21.622	6.555	19.914	14.772	25.812
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL									
Correntes	29	254	(2.907)	-	-	406	(8.115)	(3.035)	(5.550)
Diferidos	29	(1.892)	(2.869)	(4.481)	(7.735)	(3.222)	(3.205)	(4.581)	(7.299)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		3.611	7.624	7.948	13.887	3.739	8.594	7.156	12.963
LUCRO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:									
Acionistas controladores						3.611	7.624	7.948	13.887
Acionistas não controladores						128	970	(792)	(924)
						3.739	8.594	7.156	12.963
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	36					0,0537	0,1133	0,1177	0,2057
LUCRO LÍQUIDO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	36					0,0520	0,1097	0,1162	0,2030

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora				Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.611	7.624	7.948	13.887	3.739	8.594	7.156	12.963
Outros resultados abrangentes que poderão ser revertidos ao resultado:								
Variação cambial na conversão de operações no exterior	2.561	2.336	1.809	1.110	2.561	2.336	1.809	1.110
Total do resultado abrangente do período	<u>6.172</u>	<u>9.960</u>	<u>9.757</u>	<u>14.997</u>	<u>6.300</u>	<u>10.930</u>	<u>8.965</u>	<u>14.073</u>
Total do resultado abrangente do período atribuível a:								
Acionistas controladores					6.172	9.960	9.757	14.997
Acionistas não controladores					128	970	(792)	(924)
					<u>6.300</u>	<u>10.930</u>	<u>8.965</u>	<u>14.073</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Gastos com emissão de ações	Reserva de capital			Reservas de Lucros					Patrimônio líquido dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Patrimônio líquido consolidado
			Pagamento baseado em ações	Efeitos em transações de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do período	Ações em Tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	243.022	(9.665)	5.776	(2.043)	995	12.043	25.047	-	-	10.298	285.473	2.117	287.590
Pagamentos baseado em ações	33	-	346	-	-	-	-	-	-	-	346	-	346
Aquisição de ações em tesouraria	21	-	-	-	-	-	-	-	(37)	-	(37)	-	(37)
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(39)	-	39	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	23	-	-	-	-	-	-	13.887	-	-	13.887	(924)	12.963
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110	1.110	40	1.150
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.110	1.110	40	1.150
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	13.887	-	1.110	14.997	(884)	14.113
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	243.022	(9.665)	6.122	(2.043)	956	12.043	25.086	13.887	(37)	11.408	300.779	1.233	302.012
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	243.022	(9.665)	6.896	(2.043)	935	14.260	56.250	-	(263)	14.131	323.523	3.262	326.785
Pagamentos baseado em ações	33	-	707	-	-	-	-	-	-	-	707	-	707
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	-	(10.534)	-	-	-	(10.534)	-	(10.534)
Aquisição de ações em tesouraria	23	-	-	-	-	-	-	-	(1.868)	-	(1.868)	-	(1.868)
Realização da reserva de reavaliação	23	-	-	-	(30)	-	30	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	23	-	-	-	-	-	-	7.624	-	-	7.624	970	8.594
Outros resultados abrangentes -	23	-	-	-	-	-	-	-	-	2.336	2.336	143	2.479
Variação cambial na conversão de operações no exterior	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.336	2.336	143	2.479
Resultado abrangente total do período	-	-	-	-	-	-	-	7.624	-	2.336	9.960	1.113	11.073
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	243.022	(9.665)	7.603	(2.043)	905	14.260	45.746	7.624	(2.131)	16.467	321.788	4.375	326.163

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS
 PARA OS SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido		7.624	13.887	8.594	12.963
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Equivalência patrimonial	14	1.134	703	-	-
Depreciação e amortização	25.b)	1.722	2.166	2.814	4.850
Custo residual de ativo imobilizado baixado		(230)	99	(125)	103
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.869	7.735	3.205	7.299
Encargos financeiros e variação cambial sobre saldos com controladas, financiamentos, empréstimos, debêntures e obrigações fiscais		3.785	4.120	(3.855)	3.276
Pagamentos baseados em ações		707	346	707	346
Constituição de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	746	228	2.159	243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25.a)	(2)	7	(645)	646
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes		93.535	(66.248)	123.156	(82.310)
Estoques		(65)	39	(17)	(389)
Impostos a recuperar		(5.597)	(735)	(5.087)	(233)
Adiantamento a fornecedores		1.149	(23.641)	(2.377)	(23.671)
Outras contas a receber		(4.046)	963	(6.210)	(6.677)
Depósitos judiciais		(1.588)	(302)	(1.380)	(257)
Custos antecipados		(32.747)	3.359	(51.497)	(15.463)
Fornecedores		2.795	61.083	4.004	85.138
Impostos e contribuições a recolher		(2.682)	737	(8.386)	1.692
Salários, provisões e encargos sociais		1.076	1.338	878	1.474
Adiantamentos de clientes		(68.835)	12.611	(70.689)	25.229
Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas		-	-	(1.214)	-
Outras obrigações		2.299	3.628	(385)	37.714
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		3.649	22.123	(6.350)	51.973
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimento de dividendos de controladas		1.461	1.938	-	-
Aplicações financeiras		(503)	7.733	(503)	7.733
Aquisição de imobilizado e intangível	15	(127)	(763)	(979)	(1.579)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		831	8.908	(1.482)	6.154
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aquisição de ações próprias		(1.868)	(37)	(1.868)	(37)
Partes relacionadas		(2.140)	(6.509)	6.515	4.569
Pagamentos de dividendos		(21.068)	(6.315)	(21.068)	(6.315)
Pagamento de debêntures - principal		(8.333)	(8.333)	(8.333)	(8.333)
Pagamento de debêntures - juros		(1.202)	(3.193)	(1.202)	(3.193)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		(34.611)	(24.387)	(25.956)	(13.309)
VARIAÇÃO CAMBIAL SOBRE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.904	674	6.921	1.577
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28.227)</u>	<u>7.318</u>	<u>(26.867)</u>	<u>46.395</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo inicial		138.942	84.968	198.015	123.147
Saldo final		110.715	92.286	171.148	169.542
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(28.227)</u>	<u>7.318</u>	<u>(26.867)</u>	<u>46.395</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
 PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO
 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
RECEITAS				
De serviços e produtos	207.294	256.686	296.445	345.822
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	(7)	645	(646)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(143.525)	(170.253)	(212.990)	(234.327)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.773)	(10.514)	(20.970)	(19.367)
Perda de valores ativos	182	(326)	104	(358)
VALOR ADICIONADO BRUTO	53.180	75.586	63.234	91.124
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(1.722)	(2.166)	(2.814)	(4.850)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	51.458	73.420	60.420	86.274
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas financeiras e variação cambial	3.021	4.719	8.911	7.794
Resultado de equivalência patrimonial	(1.134)	(703)	-	-
Outras receitas	5.215	(76)	4.690	553
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	58.560	77.360	74.021	94.621
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	12.303	13.205	16.683	19.713
Remuneração direta	10.489	10.794	14.552	16.658
Benefícios	1.366	1.912	1.585	2.390
FGTS	448	499	546	665
Impostos, taxas e contribuições	35.869	44.301	45.098	53.357
Federais	27.709	34.161	36.133	41.958
Estaduais	-	-	615	1.164
Municipais	8.160	10.140	8.350	10.235
Remuneração de capitais de terceiros	2.764	5.967	3.646	8.588
Juros	2.561	5.867	3.244	7.834
Aluguéis	203	100	402	754
Remuneração de capital próprio	7.624	13.887	8.594	12.963
Lucros retidos	7.624	13.887	7.624	13.887
Participação dos acionistas não controladores	-	-	970	(924)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	58.560	77.360	74.021	94.621

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA OS TRIMESTRES E SEMESTRES FIMOS EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento “Novo Mercado” da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA, sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra seis casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, KM de Vantagem Hall, no Rio de Janeiro, KM de Vantagem Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Allianz, na Argentina. No exterior, as operações incluem a promoção de eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação de corridas automobilísticas de categorias, que em conjunto compõem a Stockcar o principal evento automobilístico nacional.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Informações Trimestrais Financeiras da Companhia compreendem:

- A apresentação das Demonstrações do Valor adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, a DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, como consequência pelas IFRS essa demonstração esta apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.
- As informações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting” aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR.
- As informações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Contábil - CPC 21 “Demonstração Intermediária” e a norma internacional de contabilidade IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, aplicáveis à elaboração das informações intermediárias e estão sendo apresentadas nos termos dos referidos Pronunciamentos e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis às Informações Trimestrais – ITR. São divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir (nota explicativa nº 3).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas demonstrações financeiras da controladora e consolidado:

a) Princípios Gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os serviços são efetivamente prestados ou os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações financeiras.

d) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

e) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

f) Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens (nota explicativa nº15). As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

h) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 29).

i) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida foi contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o valor recuperável desses ativos.

j) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se principalmente a (i) direitos de uso de software, (ii) marcas e (iii) direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada (nota explicativa nº15). Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa do ativo contra o resultado.

k) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu as unidades geradoras de caixa e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente. Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

l) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir o potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido seu valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em períodos anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

m) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no ingresso dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

n) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

o) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

p) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

q) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de nomeação das casas de espetáculos (“naming rights”) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

r) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais válidas para cada um dos países em que se situam essas controladas, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

s) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

t) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; (iii) Peru: novo sol e (iv) Estados Unidos: dólar norte-americano. As demonstrações financeiras das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;

ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;

iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

u) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

v) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se torna parte do contrato que rege o instrumento. Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pelo Grupo são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, na seguinte categoria:

A categoria de classificação Empréstimos e recebíveis deixou de existir, foi introduzida pela IFRS 9 a categoria Custo amortizado: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 13).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 30) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros incluem as debêntures e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

w) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga. A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 33).

x) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no semestre em que são incorridos.

y) Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

z) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 30 de junho de 2018, novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios subsequentes. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não identificou efeitos significativos sobre os valores que foram ou serão reportados.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações financeiras:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se a Companhia liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis (nota explicativa nº 3). Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 21). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

e) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça uma análise com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras de todas as investidas para a mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas na (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, bem como os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as demonstrações financeiras da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

Controladas diretas	Participação - %		Controladas indiretas	Participação - %	
	2018	2017		2018	2017
Time for Fun Mídia Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Tickets For Fun Chile S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	85,00	85,00	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	1,71	1,71
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	T4F Bizarro Producciones SpA.	60,00	-
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	60,00	60,00			
Ticketek S.A.C	99,99	99,99			
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	98,29	98,29			
T4F Entretenimiento Chile SpA.	100,00	-			
T4F Bizarro Producciones SpA.	-	60,00			

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e a receita líquida dos semestres de 2018 e de 2017:

Controladas:	30/06/2018			31/12/2017		30/06/2017
	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida	Total do Ativo	Total do Passivo	Receita Líquida
Time for Fun Mídia Ltda	2.108	1.765	-	1.386	1.063	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	5.820	11.188	2.401	13.602	15.465	6.859
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	19.095	4.062	1.204	19.239	4.580	11.400
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	63.908	14.891	11.029	79.493	31.963	20.015
T4F USA Inc.	3.010	2	-	2.539	3	-
Ticket Co. SpA	208.223	199.602	5.284	181.762	174.816	3.586
Vicar Promoções Desportivas S.A.	12.360	3.642	10.815	14.175	5.485	7.383
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	6.327	8.355	-	7.823	9.259	1.313
T4F Entretenimiento Chile SpA.	62.004	59.132	47.914	51.647	45.316	29.578
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	36.373	31.835	7.710	42.791	37.238	6.264

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Time for Fun Mídia Ltda. - tem como objetivo a locação, produção ou montagem de mídia exterior (outdoor) ou indoor, o agenciamento de propaganda e publicidade, execução, divulgação em veículos de imprensa falada, escrita e televisionada e marketing, promoção e programação de espetáculos e eventos artísticos, culturais e desportivos.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. - localizadas na Argentina, são "holdings" cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (1,63%), Ticketek Argentina S.A. (12,3%), Clemente Lococo S.A. (95%), T4F Chile S.A. (99,31%), Tickets for Fun Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (0,08%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (87,7%), e T4F Chile S.A. (0,0005%).
- T4F USA Inc. - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos.

- T4F Entretenimientos Argentina S.A. - tem como objetivo principal a produção, comercialização e organização de espetáculos ao vivo com conteúdos e artistas nacionais e internacionais.
- T4F Entretenimientos Peru S.A.C. - tem como objetivo principal a organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos musicais e artísticos em geral.
- T4F Entretenimiento Chile SpA. - localizada no Chile, tem como objetivo principal a representação, organização, promoção, produção, comercialização, administração e desenvolvimento de toda classe de eventos culturais, musicais, artísticos e esportivos em geral. A T4F Entretenimiento Chile SpA atualmente detém participação direta na T4F Bizarro Producciones SpA de 60%.
- Ticketek S.A.C. - localizada no Peru, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento e encontra-se em fase não operacional.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

6.a) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos (c)	6.188	8.234	19.332	20.699
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento de renda fixa (a) (d)	31.878	96.967	77.654	139.734
Certificado de Depósito Bancário - CDB (b)	67.491	23.105	68.046	23.359
Operação compromissada - DI (b)	1.279	7.319	2.237	10.906
Time deposit (c)	3.879	3.317	3.879	3.317
Total	110.715	138.942	171.148	198.015

a) Este fundo tem como objetivo, através de uma gestão ativa nos mercados de juros, superar a performance do CDI divulgado pela CETIP, mantendo um perfil de atuação conservador. A composição é basicamente Crédito Privado e FIDC de Instituições Financeiras. Nas controladas do Chile, sobre a taxa média de 0,70% a 0,89% do MPR (Monetary Policy Rate – taxa de juros básicos do Banco Central Chileno) com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

b) CDBs e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 85% a 100% da variação do CDI (85% a 100% em 31 de dezembro de 2017), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDBs são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.

c) Refere-se substancialmente a saldo em dólar na Controladora, mantido em conta corrente no exterior para fazer frente aos compromissos contratados nessa moeda.

d) Aplicações realizadas através de um agente de investimento na Argentina em carteiras diversificadas.

6.b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Refere-se a aplicações em Certificado de Operações Estruturadas (“COE”) que é um certificado que representa um conjunto único de direitos e obrigações cuja rentabilidade para o Cliente no vencimento depende da variação dos Indexadores de Referência do COE, a Companhia indexou as operações de acordo com o Dólar PTAX no valor de R\$503 em 30 de junho de 2018. (Não houve aplicações em Certificado de Operações Estruturadas (“COE”) em 31 de dezembro de 2017).

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais promovidos pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 20). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$2.003 (R\$6.773 em 31 de dezembro de 2017).

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Clientes faturados (i)	18.353	25.266	27.954	39.018
Bilheteria (ii)	5.194	78.409	11.650	103.498
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	6.164	19.571	16.878	37.691
Total das contas a receber	29.711	123.246	56.482	180.207
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(560)	(562)	(5.656)	(6.014)
Total	29.151	122.684	50.826	174.193

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
A vencer:	27.101	118.819	46.567	162.765
Vencidas:				
Até 30 dias	144	2.852	1.301	10.074
De 31 a 60 dias	623	586	712	1.156
De 61 a 90 dias	1.283	427	1.485	696
De 91 a 180 dias	-	103	1.385	106
Há mais de 180 dias	560	459	5.032	5.410
Total das contas a receber	29.711	123.246	56.482	180.207

c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	562	6.014
(+) Adições	-	619
(-) Reversões e baixas	(2)	(977)
Saldos em 30 de junho de 2018	560	5.656

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
IRPJ/CSLL - antecipações	254	12	1.720	1.695
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	823	257	5.791	7.117
Programa de Integração Social - PIS	824	-	870	19
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	3.779	-	3.985	84
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	5.250	4.983
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	1.450	1.132
Crédito de imposto de renda de primeira categoria - Chile	-	-	3.703	5.830
Outros	2.233	2.047	3.507	3.716
Total	7.913	2.316	26.276	24.576

(i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	2.043	3.251	9.453	7.335
Outros	529	470	4.225	4.044
Total	2.572	3.721	13.678	11.379

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

11. CUSTOS ANTECIPADOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Eventos, shows e espetáculos contratados	53.559	23.521	82.050	32.777
Outros	3.943	1.234	6.826	4.595
Total	57.502	24.755	88.876	37.372
Circulante	57.502	24.755	88.876	37.372

12. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Coparticipação de shows(i)	12.819	10.796
Bibliheteria a receber de terceiros (ii)	5.338	6.427
Reembolso de Contingências (iii)	4.664	-
Outros	1.004	1.948
	23.825	19.171

(i) Os valores registrados nesta rubrica referem-se substancialmente a créditos a título de participação nos resultados dos eventos realizados pela T4F Bizarro, conforme acordo de acionistas entre T4F Entretenimento SA e Eventos Bizarro.

(ii) Refere-se a valores a receber na Ticketek Argentina S.A. na venda de ingressos de shows de terceiros.

(iii) Referem-se a ações de naturezas cíveis, fiscais e trabalhistas, nos montantes de R\$1.257, R\$439 e R\$2.968 em 30 de junho de 2018, respectivamente, registrados na rubrica "Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas" (NE-20) de responsabilidade de terceiros. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte de terceiros.

13. PARTES RELACIONADAS

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

13.1. Transações com empresas relacionadas

Controladora:

Categoria	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita
Time for Fun Mídia Ltda.	Controlada	950	-	950	-	-
CIE Internacional S.A. de C.V. (i)	Acionista	1.340	(545)	-	4.308	179
Metropolitan Empreendimentos S.A. (v)	Controlada	9.614	(1.852)	14.124	-	(5.446)
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	2.085	(378)	2.098	-	-
T4F Chile S.A. (ii)	Controlada indireta	-	22.813	(3.619)	19.194	(798)
T4F Entretenimientos Argentina S.A.	Controlada	-	2.229	(317)	1.912	(28)
T4F USA Inc. (iii)	Controlada	-	2.897	(462)	2.435	(120)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	803	-	472	690	1.180
T4F Peru Entretenimientos S.A. (iv)	Controlada	4.182	851	3.355	-	(440)
Total		18.974	27.939	21.217	27.849	(5.473)

Consolidado:

Categoria	30/06/2018			31/12/2017	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	(Despesa) Receita	Ativo não circulante	(Despesa) Receita
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	1.949	-	(545)	3.530	647
ACT Peru S.A.C	1.923	-	-	1.513	-
Eventos Bizarro SpA.	-	(2.975)	-	2.914	-
Total	3.872	(2.975)	(545)	7.957	647

(i) A Companhia e suas controladas mantêm, com seus ex-acionistas controladores CIE Internacional S.A. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos.

(ii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$5.500 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%.

(iii) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em junho de 2016, entre a Companhia e a controlada T4F USA S.A., no montante de US\$700 mil. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 2%.

(iv) Representa principalmente o valor a receber do contrato de mútuo assinado em novembro de 2014, entre a Companhia e a controlada T4F Peru Entretenimientos S.A., no montante de US\$6.800 mil, após capitalização o montante passou a ser de US\$2.200 mil. O empréstimo é atualizado anualmente por juros de 7,6%. Em abril de 2017 a companhia assinou novo contrato no montante de US\$800 mil. A taxa anual de atualização correspondente é de LIBOR+3%.

(v) Refere-se a valores que a controlada recebeu para custos da operação no período.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

13.2 Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	30/06/2018				30/06/2017			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	152	-	-	152	213	-	-	213
Conselho Fiscal	58	-	-	58	-	-	-	-
Diretores estatutários	1.682	2.900	506	5.088	2.141	1.440	264	3.845
Total	1.892	2.900	506	5.298	2.354	1.440	264	4.058

Consolidado	30/06/18				30/06/17			
	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total	Fixa	Variável	Baseada em ações	Total
Conselho de Administração	152	-	-	152	213	-	-	213
Conselho Fiscal	58	-	-	58	-	-	-	-
Diretores estatutários	2.184	3.463	506	6.153	2.860	1.691	264	4.815
Total	2.394	3.463	506	6.363	3.073	1.691	264	5.028

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite anual da remuneração global dos administradores na controladora foi fixado em R\$11.176 e contempla: i) Remuneração Fixa; ii) Benefícios; iii) Remuneração variável de curto prazo; iv) Remuneração variável de longo prazo e v) Pagamento baseado em ações.

14. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 30 de junho de 2018

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	343	20	99,99	20	-	343
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(5.368)	(3.505)	99,99	(3.505)	(5.367)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A	4.537	390	98,29	390	-	4.539
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	15.033	374	99,99	374	-	15.033
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	49.017	(693)	100,00	(693)	-	49.017
T4F USA Inc.	3.008	47	100,00	47	-	3.008
Ticket Co. SpA.	8.621	961	100,00	961	-	8.621
T4F Peru Entretenimientos S.A.C.	(2.028)	(338)	60,00	(203)	(1.217)	-
T4F Entretenimiento Chile SpA.	9.705	1.451	100,00	1.451	-	5.823
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.717	28	85,00	24	-	7.411
Total				(1.134)	(6.584)	93.795

a.2) 31 de dezembro de 2017

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Participação - %	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em controladas	Investimentos em controladas
Time for Fun Mídia Ltda	323	34	99,99	34	-	323
Metropolitan Empreendimentos S.A.	(1.863)	(1.252)	99,99	(1.252)	(1.862)	-
T4F Entretenimientos Argentina S.A	5.553	2.616	98,29	2.617	-	5.553
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.659	5.843	99,99	5.842	-	14.659
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	47.531	3.896	100,00	3.896	-	47.531
T4F USA Inc.	2.536	72	100,00	72	-	2.536
Ticket Co. SpA.	6.946	131	100,00	131	-	6.946
T4F Peru Entretenimientos S.A.C	(1.435)	(1.464)	60,00	(878)	(861)	-
T4F Bizarro Producciones SpA.	6.332	4.462	60,00	2.677	-	3.799
Vicar Promoções Desportivas S.A.	8.689	(1.915)	85,00	(1.628)	-	7.386
Total				11.511	(2.723)	88.733

a.3) Movimentação da rubrica "Investimentos em controladas" e "Provisão para perdas em investimentos em controladas" em 30 de junho de 2018 e de 2017.

	Controladora 30/06/2018	Controladora 30/06/2017
Saldo inicial do investimento líquido	86.010	89.001
Equivalência patrimonial	(1.134)	(703)
Variação cambial na conversão de investimentos no exterior	2.335	1.106
Saldo final do investimento líquido	87.211	89.404
Provisão para perdas em investimentos em controladas	6.584	633
Saldo final do investimento líquido da provisão para perdas	93.795	90.037

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimiento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Allowance for write-off of goodwill	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.(iv)	83.205	83.205	83.205	83.205
Impairment losses (iv)	(20.002)	(20.002)	(20.002)	(20.002)
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	1.771	1.771	1.771	1.771
Companies acquired in Argentina (vi)	-	-	1.910	2.521
Total	110.487	110.487	112.397	113.008

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos.

(i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.

(ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.

(iii) Como parte da reestruturação societária, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio são de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal foi integralmente realizado no exercício de 2017.

(iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem. Em 31 de dezembro de 2014, quando submetido ao teste de "impairment", utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras, foi reconhecida uma provisão para perda por redução ao valor recuperável de R\$20.002, classificada na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. Entre outros, os seguintes principais fatores resultaram no reconhecimento do impairment: não renovação de alguns conteúdos e o aumento dos custos de operação em moeda estrangeira.

(v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por terceiros quanto a alocação de preço de compra, utilizando-se a metodologia de "Purchase Price Allocation (PPA)". Como resultado desta alocação foi identificado que o montante de R\$241 se refere ao intangível marca e o valor remanescente de R\$1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.

(vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

15. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS

a) Composição do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Custo reavaliado:				
Terrenos	-	-	142	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	76.444	76.391	97.276	98.371
Móveis e utensílios	5.185	5.326	9.541	9.720
Máquinas e equipamentos	14.703	14.253	19.560	19.236
Equipamentos de processamento de dados	7.161	7.662	11.728	12.628
Estruturas	9.203	9.100	9.363	9.260
Veículos	843	1.002	6.036	6.196
Imobilizado em andamento	117	141	120	144
Total	113.656	113.875	153.766	155.742

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Depreciação acumulada:					
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(74.536)	(74.266)	(92.675)	(92.960)
Móveis e utensílios	6	(3.989)	(3.963)	(7.694)	(7.637)
Máquinas e equipamentos	12	(10.295)	(9.769)	(13.920)	(13.405)
Equipamentos de processamento de dados	18	(6.747)	(7.086)	(10.757)	(11.557)
Estruturas	13	(8.951)	(8.804)	(9.040)	(8.887)
Veículos	20	(511)	(575)	(5.594)	(5.599)
Total		(105.029)	(104.463)	(139.680)	(140.045)

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imobilizado Líquido:				
Terrenos	-	-	142	187
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	1.908	2.125	4.601	5.413
Móveis e utensílios	1.196	1.363	1.846	2.083
Máquinas e equipamentos	4.408	4.484	5.641	5.829
Equipamentos de processamento de dados	414	576	971	1.071
Estruturas	252	296	323	373
Veículos	332	427	442	597
Imobilizado em andamento	117	141	120	144
Total	8.627	9.412	14.086	15.697

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que passaram a ser depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software e direitos autorais, patentes e outros direitos de propriedade industrial, de serviços e operacionais, conforme segue:

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Custo	-	11.803	11.826	15.719	16.269
Amortização	20	(9.334)	(8.804)	(12.211)	(12.170)
Total		2.469	3.022	3.508	4.099

c) Composição do imobilizado reavaliado

Controladora:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	589	(435)	154	177
Máquinas e equipamentos	2.111	(1.010)	1.101	1.149
Equipamentos de processamento de dados	193	(131)	62	64
Equipamentos Aurolights - incorporação	223	(170)	55	28
	28.450	(27.080)	1.372	1.418
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(467)	(483)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			905	935

Consolidado:

	30/06/2018		31/12/2017	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.165	(953)	212	246
Máquinas e equipamentos	3.892	(2.321)	1.571	1.644
Equipamentos de processamento de dados	257	(193)	64	67
Equipamentos Aurolights - incorporação	223	(170)	55	28
	30.871	(28.971)	1.902	1.985
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(647)	(675)
Eliminações do consolidado (i)			(350)	(375)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido			905	935

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutação do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	9.412	10.573	15.697	31.676
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros	53	391	210	704
Móveis e utensílios	1	32	104	89
Máquinas e equipamentos	74	227	113	587
Equipamentos de processamento de dados	10	103	400	355
Estruturas	-	-	-	148
Veículos	-	442	-	452
Adiantamentos de imobilizado	-	165	-	139
Transferência de ativo imobilizado - Incorporação(1)	-	31.559	-	31.559
Total de adições	138	32.919	827	34.033
Baixas líquidas	230	(11.273)	124	(23.191)
Depreciação	(1.153)	(3.191)	(2.234)	(5.215)
Depreciação - Incorporação(1)	-	(19.616)	-	(21.512)
Efeitos de variação cambial	-	-	(328)	(94)
	(923)	(34.080)	(2.438)	(50.012)
Saldo final	8.627	9.412	14.086	15.697

(1)O total residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$11.943 e referem-se substancialmente aos montantes de R\$6.540 no grupo de máquinas e equipamentos, R\$4.749 no grupo de estruturas e R\$654 em outros. Em dezembro de 2017 parte relevante desses ativos foi baixada por venda e em 31 de dezembro de 2017 o saldo residual dos ativos transferidos por incorporação é de R\$670.

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios de R\$162, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não obsoletos ou fora de uso. Em 30 de junho de 2018, há aproximadamente R\$14.457, ainda em uso, totalmente depreciados.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	3.022	4.291	4.099	5.345
Adições:				
Software	16	26	180	353
Transferência de intangível - Incorporação	-	29	-	29
Amortização (1)	(569)	(1.296)	(731)	(1.678)
Amortização - Incorporação	-	(24)	-	(26)
Baixas líquidas	-	(4)	(40)	76
Saldo final	2.469	3.022	3.508	4.099

(1) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 25.b).

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	24.642	22.001	68.261	68.709
Fornecedores estrangeiros	354	173	597	368
Total	24.996	22.174	68.858	69.077

17. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Debêntures (a)	CDI + 2,40%	17.044	25.637	17.044	25.637
Empréstimo (b)	3,5%	30	72	30	72
Total		17.074	25.709	17.074	25.709
Parcela do passivo circulante		17.074	17.376	17.074	17.376
Parcela do passivo não circulante		-	8.333	-	8.333

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 11 de março de 2015, o Instrumento Particular de Escritura da segunda emissão pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações. Foram emitidas 50 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$50.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 11 de março de 2015.

As emissões foram realizadas nos termos da Instrução CVM nº 476 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

As debêntures são garantidas por:

- i) Cessão fiduciária, dos direitos de patrocínio e nomeação das casas de espetáculo.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

b) Empréstimos e financiamentos

A modalidade de crédito BNDES - Fime crédito disponibilizado com destinação única e exclusiva para a aquisição de equipamentos, vencimento de 54 meses com taxa de 3,5% ao ano e prazo de quitação para outubro de 2018. A linha de crédito foi utilizada para a casa de espetáculo KM de Vantagens Hall em Belo Horizonte.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
COFINS a recolher	-	380	1	708
PIS a recolher	-	79	-	148
Imposto Sobre Serviços - ISS	126	1.546	401	1.898
IRPJ e CSLL a recolher	-	649	3.780	9.080
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	329	349	96	217
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	423	798
IVA - imposto de valor agregado	-	-	136	1.025
ICMS a recolher - faturamento	-	-	-	36
INSS de terceiros a recolher	135	167	243	286
Outros	126	81	271	453
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	552	455
Passivo circulante	716	3.251	5.903	15.104
Parcelamento de ISS (b)	1.153	1.354	1.153	1.354
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	3.993	3.939	3.993	3.939
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	230	459
Passivo não circulante	5.146	5.293	5.376	5.752

(a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 30 de junho de 2018, o saldo remanescente era de R\$3.994 (R\$3.939 em 31 de dezembro de 2017). O presente saldo foi objeto de quitação com crédito de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social conforme previsto na Portaria Conjunta PGFN / RFB Nº15/2014, pendente de posterior homologação por parte da Receita Federal do Brasil.

(b) Parcelamentos de débitos tributários: em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 30 de junho de 2018 os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.482 (R\$1.703 em 31 de dezembro de 2017).

(c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.

(d) Em 30 de junho de 2018 a controlada no exterior T4F Entretenimientos Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos com as autoridades fiscais locais para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (adesão feita em 2015, com período total negociado em 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 83 meses); (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 17 meses).

19. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contratos de “naming rights” (a)	10.326	12.246	10.326	12.246
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	7.989	13.271	15.661	25.913
Eventos privados (b.2)	812	10.233	818	10.260
Vendas antecipadas de ingressos (c)	70.103	122.315	98.465	147.540
Total	89.230	158.065	125.270	195.959

(a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.

(b) Contratos: patrocínios, suítes, camarotes e eventos privados

(b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.

(b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.

(c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

20. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são recolhidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. Em 30 de junho de 2018 não houve montantes envolvidos nessa operação.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Trabalhistas	7.656	7.863	8.844	9.345
Cíveis	14.881	13.766	15.437	14.097
Tributários	340	186	601	443
Total	22.877	21.815	24.882	23.885

21.1) Provisões tributárias

Em 30 de junho de 2018, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos tributários classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 97.110 (R\$92.186 em 31 de dezembro de 2017).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários com probabilidade de perda possível envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 30 de junho de 2018, o montante global desses processos, era de aproximadamente R\$ 51.076.

b) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2018, o valor estimado do processo é R\$ 12.476 (R\$12.321 em 31 de dezembro de 2017).

c) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou recurso e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2018, o valor envolvido era de R\$ 5.369 (R\$5.298 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE. A Companhia apresentou impugnação e recurso aos autos de infração citados, e espera julgamento definitivos na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 30 de junho de 2018, o valor atualizado dos dois processos é de R\$ 12.775 (R\$11.771 em 31 de dezembro de 2017).

e) Em dezembro de 2013, a Companhia propôs ação judicial contra os Serviços de Impostos Internos do Chile, órgão federal que autuou a Companhia no montante aproximado de R\$16.997 para data base de 30 de junho de 2018, visando anular as supostas infrações autuadas envolvendo as seguintes discussões: (i) divergência na aplicação da alíquota de imposto de renda retido na fonte em determinados tipos de contratos; (ii) não recolhimento de imposto de renda em razão da existência de tratados internacionais que vedam a bitributação entre determinados países; e (iii) divergência na data do recolhimento do imposto de renda quando da contratação de shows. A opinião dos assessores jurídicos sobre a ação judicial é de que a probabilidade de perda para os itens (i) e (iii) é possível, valor estimado de 50% do total, e remota para o item (ii), em montante correspondente a 50% do total acima informado.

f) Em 31 de janeiro de 2014 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal (“SRF”), onde se discute, em suma, lançamento de crédito tributário de PIS e de COFINS, incidentes na sistemática não-cumulativa, referentes ao ano calendário de 2009, onde a SRF efetivou a glosa de créditos de insumos que estariam supostamente em desacordo com os critérios legais e, portanto, não dariam direito a crédito. A Companhia apresentou impugnação e recurso ao auto de infração lavrado, os quais foram julgados parcialmente procedentes, sendo que a opinião dos assessores jurídicos sobre o mencionado auto é de que a probabilidade de perda é possível em relação a 14% do lançamento. Em 30 de junho de 2018, o valor atualizado do débito classificado como perda possível é de R\$2.680 (R\$2.639 em 31 de dezembro de 2017).

21.2) Provisões trabalhistas

Em 30 de junho de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$9.062 (R\$8.264 em 31 de dezembro de 2017).

21.3) Provisões cíveis e outras

Em 30 de junho de 2018 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos cíveis classificados como perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$ 28.924 (R\$29.611 em 31 de dezembro de 2017).

Entre os processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

a) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos. A Galaxy pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de suas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido da casa de espetáculos em questão, do período de 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 30 de junho de 2018 é de aproximadamente R\$2.228 (R\$2.123 em 31 de dezembro de 2017) e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível. Todavia, a Companhia também tem valor a receber da Galaxy, o qual deverá ser apurado em fase de liquidação, decorrente de indenização correspondente às parcelas devidas por Galaxy à Companhia em razão do contrato de patrocínio celebrado na ocasião, durante determinado período fixado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo. Atualmente aguarda-se o julgamento de recursos interpostos pelas partes.

b) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas (“ACP”) a saber: (i) ACP proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.178, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) ACP proposta pela ADECON - Associação dos Consumidores do Rio Grande do Sul, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$2.488 em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A ação foi julgada improcedente em 2ª instância e de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia a probabilidade de perda é possível, e aguarda-se julgamento de recurso do autor da ação.

c) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas relacionadas às apresentações de “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho a setembro de 2009, a saber: (i) ACP proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.047, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento; (ii) ACP proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$342.180, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda em ambos os casos é possível.

d) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004. Em 30 de junho de 2018 o valor em discussão é de R\$ 1.596 (R\$1.536 em 31 de dezembro de 2017). De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 30 de junho de 2018, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$26.046 (R\$24.698 em 31 de dezembro de 2017).

21.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

Controladora	31/12/2017	Provisão (reversão)	Atualização monetária	30/06/2018
	Trabalhistas	7.863	(466)	259
Cíveis	13.766	1.060	55	14.881
Tributário	186	152	2	340
Total	21.815	746	316	22.877

Consolidado	31/12/2017	Provisão (reversão)	Pagamentos	Atualização monetária	Efeitos de variação cambial	30/06/2018
	Trabalhistas	9.345	(90)	(483)	269	(197)
Cíveis	14.097	2.097	(732)	55	(80)	15.437
Tributário	443	152	-	6	-	601
Total	23.885	2.159	(1.215)	330	(277)	24.882

22. OUTRAS OBRIGAÇÕES

O valor contabilizado como outras obrigações refere-se quase em sua totalidade a valores a serem repassados à clientes pela administração de bilheteria e venda de ingressos de eventos de terceiros de acordo com o fluxo estabelecido em contrato.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 67.500.665 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.

	2017
Lucro líquido do exercício	44.354
(-) Reserva legal	(2.218)
Base de cálculo dos dividendos	42.136
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	10.534
Dividendos adicionais propostos - 25%	10.534

c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é, se aplicável, constituída à razão de 5% do lucro líquido do período.

d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

e) Resultados abrangentes: Refere-se ao ajuste de variação cambial na conversão de demonstrações financeiras das controladas no exterior.

f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 33).

g) Ações em tesouraria:

Em 8 de maio de 2017, o Conselho de Administração autorizou, por um período de 18 meses, a compra de até 2.000.000 de ações da Companhia para permanência em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento ("Programa de Recompra" ou "Programa").

Quantidade	Valor Total (R\$ mil)	Mínimo	Médio Ponderado	Máximo	Valor de Mercado das Ações (R\$ mil)*
214.600	2.131	6,10	17,92	10,77	1.695.340

24. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Receita bruta:				
Serviços	44.816	207.225	143.744	256.280
Produtos	48	69	223	406
Impostos incidentes	(5.259)	(27.333)	(18.822)	(33.902)
Receita líquida	39.605	179.961	125.145	222.784

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Receita bruta:				
Serviços	78.534	295.484	186.951	330.910
Produtos	64	961	5.251	14.912
Impostos incidentes	(6.900)	(30.400)	(21.294)	(37.397)
Receita líquida	71.698	266.045	170.908	308.425

25. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

a) Despesas por natureza:

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(4.186)	(12.518)	(5.721)	(13.007)
Serviços de terceiros	(5.170)	(10.274)	(4.880)	(9.689)
Utilidades e facilidades	(299)	(726)	(305)	(615)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	2	2	1	(7)
Outras despesas operacionais	(275)	(590)	(285)	(665)
Despesas operacionais	(9.928)	(24.106)	(11.190)	(23.983)
Vendas	(169)	(407)	(91)	(346)
Gerais e administrativas	(8.096)	(18.401)	(9.839)	(19.579)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(1.663)	(5.298)	(1.260)	(4.058)
Total das despesas por natureza	(9.928)	(24.106)	(11.190)	(23.983)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesas com pessoal (nota explicativa nº 26)	(7.304)	(18.773)	(9.307)	(19.823)
Serviços de terceiros	(6.772)	(13.044)	(6.270)	(12.719)
Utilidades e facilidades	(1.083)	(2.131)	(1.201)	(2.448)
Reversão (constituição) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	628	645	(571)	(646)
Outras despesas operacionais	(1.326)	(2.577)	(1.140)	(2.236)
Despesas operacionais	(15.857)	(35.880)	(18.489)	(37.872)
Vendas	(520)	(938)	(221)	(618)
Gerais e administrativas	(11.311)	(28.579)	(16.730)	(32.226)
Remuneração dos administradores (nota explicativa nº 13.2)	(4.026)	(6.363)	(1.538)	(5.028)
Total das despesas por natureza	(15.857)	(35.880)	(18.489)	(37.872)

b) Custos por natureza:

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(8.258)	(70.104)	(50.299)	(84.512)
Transportes e locações	(3.698)	(22.938)	(10.474)	(22.888)
Serviços de terceiros	(9.989)	(20.244)	(15.508)	(24.133)
Viagens e locomoção	(804)	(2.860)	(2.605)	(4.060)
Utilidades e facilidades	(1.619)	(9.171)	(7.012)	(13.955)
Mídia e publicidade	(3.272)	(6.506)	(5.215)	(8.915)
Depreciação e amortização	(772)	(1.722)	(912)	(2.166)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(950)	(1.409)	(990)	(1.559)
Custos de produção	(3.274)	(12.366)	(6.048)	(12.552)
Total	(32.636)	(147.320)	(99.063)	(174.740)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Cachês, direitos autorais e agenciamento de shows	(16.731)	(96.322)	(57.827)	(101.014)
Transportes e locações	(7.357)	(28.885)	(14.730)	(29.497)
Serviços de terceiros	(13.112)	(27.209)	(20.188)	(32.322)
Viagens e locomoção	(1.400)	(3.611)	(3.248)	(4.793)
Utilidades e facilidades	(2.726)	(11.359)	(8.533)	(16.335)
Mídia e publicidade	(4.747)	(8.589)	(7.178)	(11.431)
Depreciação e amortização	(1.312)	(2.814)	(2.234)	(4.850)
Benefícios a empregados (nota explicativa nº 26)	(1.794)	(2.957)	(2.286)	(4.430)
Custos de produção	(11.433)	(38.186)	(19.713)	(40.054)
Total	(60.612)	(219.932)	(135.937)	(244.726)

26. DESPESAS COM PESSOAL

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Salários e bonificações	(2.772)	(5.247)	(3.135)	(5.746)
Despesa de férias	(238)	(958)	(310)	(913)
Despesa de 13º salário	(186)	(448)	(238)	(444)
Encargos sociais	(1.040)	(2.676)	(1.190)	(2.592)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(25)	(3.152)	(806)	(2.894)
Pagamentos baseados em ações	(255)	(707)	(155)	(346)
Outros benefícios a empregados (i)	(620)	(739)	(877)	(1.631)
Total de despesas com benefícios a empregados	(5.136)	(13.927)	(6.711)	(14.566)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(950)	(1.409)	(990)	(1.559)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(4.186)	(12.518)	(5.721)	(13.007)
Total	(5.136)	(13.927)	(6.711)	(14.566)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Salários e bonificações	(5.865)	(10.930)	(6.623)	(12.314)
Despesa de férias	(297)	(1.103)	(422)	(1.271)
Despesa de 13º salário	(295)	(676)	(399)	(765)
Encargos sociais	(1.615)	(3.970)	(2.110)	(4.315)
Reversão (Constituição) de participação nos resultados - bônus	(25)	(3.345)	(806)	(2.951)
Pagamentos baseados em ações	(255)	(707)	(155)	(346)
Outros benefícios a empregados (i)	(744)	(999)	(1.078)	(2.291)
Total de despesas com benefícios a empregados	(9.096)	(21.730)	(11.593)	(24.253)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(1.792)	(2.957)	(2.286)	(4.430)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(7.304)	(18.773)	(9.307)	(19.823)
Total	(9.096)	(21.730)	(11.593)	(24.253)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(101)	(119)	(230)	(400)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(118)	(259)	(177)	(334)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	-	-	(669)
Juros com debêntures	(356)	(900)	(1.048)	(2.605)
Outras	(1.037)	(1.542)	(1.189)	(2.193)
Total	(1.612)	(2.820)	(2.644)	(6.201)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesas financeiras:				
Juros passivos	358	(427)	(1.268)	(2.155)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(317)	(1.103)	(987)	(1.486)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	-	-	(669)
Juros com debêntures	(356)	(900)	(1.048)	(2.605)
Outras	(1.162)	(1.422)	(530)	(1.037)
Total	(1.477)	(3.852)	(3.833)	(7.952)

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Receitas financeiras:				
Juros ativos	-	-	-	202
Rendimentos de aplicações financeiras	1.999	4.161	1.445	3.851
Outras	77	150	95	134
Total	2.076	4.311	1.540	4.187

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Receitas financeiras:				
Juros ativos	(321)	169	751	1.285
Rendimentos de aplicações financeiras	2.862	5.886	2.149	5.331
Outras	40	79	59	101
Total	2.581	6.134	2.959	6.717

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(5.308)	(7.986)	(1.649)	(2.595)
Ativas	3.355	6.020	661	2.473
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(28)	(1.685)	(39)	(82)
Ativas	2.248	2.361	(211)	736
Total	267	(1.290)	(1.238)	532

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(3.655)	(12.145)	(1.702)	(6.510)
Ativas	6.746	14.225	719	6.262
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(36)	(1.695)	(46)	(95)
Ativas	2.484	2.739	37	1.213
Total	5.539	3.124	(992)	870

28. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS LÍQUIDAS

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.131	5.007	394	(237)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(109)	365	(7)	(7)
Outras	70	426	(4)	(10)
Total	5.092	5.798	383	(254)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	4.339	2.984	(181)	(880)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(117)	357	(50)	(49)
Outras	461	934	387	1.279
Total	4.683	4.275	156	350

29. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesa de IRPJ corrente	76	(2.247)	-	-
Despesa de CSLL corrente	178	(660)	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(1.892)	(2.869)	(4.481)	(7.735)
Total	(1.638)	(5.776)	(4.481)	(7.735)

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Despesa de IRPJ corrente	267	(7.380)	(2.962)	(5.273)
Despesa de CSLL corrente	139	(735)	(73)	(277)
IRPJ e CSLL diferidos	(3.222)	(3.205)	(4.581)	(7.299)
Total	(2.816)	(11.320)	(7.616)	(12.849)

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do exercício é a seguinte:

	Controladora			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	5.249	13.400	12.429	21.622
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(1.785)	(4.556)	(4.226)	(7.351)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(573)	(594)	(19)	(27)
Resultado de equivalência patrimonial	810	(386)	(171)	(239)
Plano de remuneração baseado em ações	(86)	(240)	(53)	(118)
Outros itens	(4)	-	(12)	-
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(1.638)	(5.776)	(4.481)	(7.735)
% alíquota efetiva	31%	43%	36%	36%

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Lucro do período antes do IRPJ e da CSLL	6.555	19.914	14.772	25.812
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	(2.229)	(6.771)	(5.022)	(8.776)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(274)	(608)	(18)	(30)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	(2.007)	(1.361)	(938)	(762)
Controlada tributada por meio de lucro presumido	185	(41)	378	648
Controlada tributada no exterior	1.595	(2.299)	(1.963)	(3.811)
Plano de remuneração baseado em ações	(86)	(240)	(53)	(118)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	(2.816)	(11.320)	(7.616)	(12.849)
% alíquota efetiva	43%	57%	52%	50%

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas demonstrações financeiras na controladora e no consolidado:

	31/12/2017	Varição de 01/04/18 a 30/06/18	Varição do semestre	30/06/2018
Controladora				
Impostos diferidos ativos sobre:				
Não circulante:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	191	-	-	191
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.417	(1.879)	(1.225)	6.192
Prejuízos fiscais	33.779	30	(968)	32.811
Base negativa de CSLL	13.038	76	(283)	12.755
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	(12)	-	(756)
Outras provisões	1.511	(106)	(393)	1.119
Total do ativo líquido	55.180	(1.891)	(2.869)	52.312

	31/12/2017	Varição de 01/04/2018 a 30/06/18	Varição do semestre	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	30/06/2018
Consolidado					
Impostos diferidos ativos sobre:					
Não circulante:					
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 14b)	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	409	756	385	(38)	756
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.677	6.056	(1.494)	(127)	6.056
Prejuízos fiscais	33.909	32.872	(1.037)	-	32.872
Base negativa de CSLL	13.038	12.755	(283)	-	12.755
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(756)	(756)	-	-	(756)
Outras provisões	5.250	5.014	(57)	(179)	5.014
Total do ativo	59.527	56.697	(2.486)	(344)	56.697
Impostos diferidos passivos sobre:					
Não circulante:					
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(203)	(181)	22	-	(181)
Total do passivo	(203)	(181)	22	-	(181)
Total líquido	59.324	56.516	(2.464)	(344)	56.516

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	30.229	26.262
Diferenças temporárias dedutíveis	(513)	619
	29.716	26.881
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do exercício	10.103	9.140

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos trimestres.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2018	2.761	3.382
2019	5.922	6.543
2020	7.547	8.168
2021	8.335	8.956
2022	9.230	9.851
2023	9.809	10.430
2024	8.708	9.367
Total	52.312	56.697

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 17, deduzido por caixa e equivalentes de caixa detalhados na nota explicativa nº6) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 23).

30.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Controladora	
			30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(17.074)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	6.188	8.234
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	105.030	130.708
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	18.974	21.217
Contas a pagar de partes relacionadas (iii)	Outros passivos financeiros	13.1	(27.939)	(27.849)
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	29.151	122.684
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(24.996)	(22.174)
Total de exposição			89.334	207.111
Efeito no resultado			(4.744)	(142)

Rubrica	Classificação (iii)	Nota explicativa	Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Outros passivos financeiros	17	(17.074)	(25.709)
Bancos	Ativo ao custo amortizado	6	19.332	20.699
Aplicações financeiras (ii)	Ativo ao custo amortizado	6	152.319	177.316
Contas a receber de partes relacionadas (iii)	Ativo ao custo amortizado	13.1	897	7.957
Contas a receber de clientes	Ativo ao custo amortizado	8	50.826	174.193
Fornecedores	Outros passivos financeiros	16	(68.858)	(69.077)
Total de exposição			137.442	285.379
Efeito no resultado			2.446	3.721

(i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa de 2,09% ao ano para a emissão de 2010 e 2,40% ao ano para a emissão de 2015 (nota explicativa nº 17).

(ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 27).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos, exceto os instrumentos financeiros derivativos, aproximam-se dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 2).

30.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial. No semestre findo em 30 de junho de 2018, a Companhia comprou o instrumento financeiro para proteção de alguns passivos, conforme abaixo:

Instrumento Financeiro	Data da contratação	Moeda	Valor	Data da liquidação	PTAX contratação
NDF	09/03/2018	USD	500.000,00	06/07/2018	3,2618
NDF	21/03/2018	USD	500.000,00	06/07/2018	3,2633
NDF	14/05/2018	USD	500.000,00	06/07/2018	3,6430
NDF	18/05/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,7615
NDF	21/05/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,7291
NDF	22/05/2018	USD	500.000,00	06/07/2018	3,6800
NDF	23/05/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,6660
NDF	24/05/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,6628
NDF	25/05/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,6740
NDF	11/06/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,7015
NDF	12/06/2018	USD	300.000,00	06/07/2018	3,6950
NDF	18/06/2018	USD	500.000,00	15/07/2018	3,7613
NDF	22/06/2018	USD	300.000,00	25/07/2018	3,7840
NDF	21/06/2018	USD	300.000,00	30/07/2018	3,7982
NDF	15/06/2018	USD	300.000,00	27/09/2018	3,7644

Em 30 de junho de 2018, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeira registradas no balanço:

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Bancos	Ativo ao custo amortizado	Dólar	6.188	8.234	6.188	8.234
Aplicações financeiras	Ativo ao custo amortizado	Dólar	503	-	503	-
Mútuo com controlada no Peru	Ativo ao custo amortizado	Dólar	4.182	3.355	-	-
Empréstimos com controladas no exterior	Outros passivos financeiros	Dólar	(27.939)	(23.541)	-	-
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Dólar	(354)	(173)	(597)	(368)
Total de exposição			(17.420)	(12.125)	6.094	7.866
Efeitos no resultado			(2.032)	(127)	1.994	(177)

• Bancos e aplicações financeiras: a Companhia possui valores no exterior como parte da política de gerenciamento de capital e proteção ao risco de exposição da variação do câmbio. Estes recursos serão utilizados para pagamentos de custos operacionais;

• Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras;

• Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$5.500 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras;

• Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores e contratos de mútuo com controladas, denominados em moeda estrangeira.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/ 2008, em 30 de junho de 2018 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/2018	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(17.045)	(18.136)	(18.408)	(18.680)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(30)	(30)	(30)	(31)
Aplicações financeiras	Redução	104.527	110.831	112.412	113.983
Exposição líquida		87.452	92.665	93.974	95.272

	Risco	Consolidado			
		30/06/2018	Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Debêntures	Aumento	(17.045)	(18.136)	(18.408)	(18.680)
Empréstimos e financiamentos	Aumento	(30)	(30)	(30)	(31)
Aplicações financeiras	Redução	151.816	174.063	180.600	187.126
Exposição líquida		134.741	155.897	162.162	168.415

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria um resultado positivo de R\$5.213 e R\$21.156 (controladora e consolidado) nos próximos doze meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,40% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 30 de junho de 2018.

(ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$6.522 e R\$27.421 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$7.820 e R\$33.674 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008, em 30 de junho de 2018 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

	Risco	Controladora			
		30/06/2018	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	6.188	5.617	7.021	8.425
Fornecedores	Aumento	(354)	(321)	(402)	(482)
Exposição líquida		5.834	5.296	6.619	7.943

	Risco	Consolidado			
		30/06/2018	Cenário		
			Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Bancos	Redução	19.332	17.548	21.935	26.322
Aplicações Financeiras	Redução	503	457	571	685
Fornecedores	Aumento	(597)	(542)	(677)	(813)
Exposição líquida		19.238	17.463	21.829	26.194

(i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$538 e R\$1.775 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.

(ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$785 e R\$2.591 (controladora e consolidado, respectivamente).

(iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.109 e R\$6.956 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 27).

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

31. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens. Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a cobertura está demonstrada como segue:

	Modalidade	Importância segurada	
		30/06/2018	31/12/2017
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais. Promoções de Eventos Artísticos, Esportivos e Similares, restaurantes e atletas.	65.608	62.400
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	130.663	168.590
		<u>196.271</u>	<u>230.990</u>

32. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS.

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 30 de junho de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Até o 1º ano	11.354	11.441
Do 2º ao 5º ano	23.124	23.494
Total	<u>34.478</u>	<u>34.935</u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças e Seguro Fiança

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária e seguro fiança cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$62.483.

d) Contratos de prestação de serviços

Por força de contratos de prestação de serviços celebrados entre a Companhia e a sociedade Inspiração Organização de Espetáculos Ltda., integrante do Grupo Cirque du Soleil, entre os anos de 2006 a 2008, a T4F reconheceu, nos termos dos mencionados contratos, ser responsável por indenizar a Inspiração contra certas pretensões concernentes a contingências envolvendo Imposto Sobre Serviços (ISS), obrigação essa ratificada em acordo específico para indenização de ISS. Isso em razão da divergência de fiscos municipais em relação aos serviços prestados pela Inspiração (se classificados no item 12.03 da lista de serviços do ISS, ou no item 12.13), impactando no local de recolhimento de tal tributo. O entendimento da T4F, lastreado em parecer de seus assessores jurídicos, foi de que os serviços da Inspiração são enquadráveis no item 12.03, sendo o ISS devido nos locais da efetiva prestação dos serviços, quais sejam, apresentação dos espetáculos circenses. Em dezembro de 2014 a Inspiração foi autuada pela Prefeitura de São Paulo, que tem a pretensão de receber o ISS decorrentes das apresentações do Cirque de Soleil que ocorreram em outras cidades (Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre), além do que já fora recolhido para a municipalidade de São Paulo. A Companhia, com base nos contratos antes mencionados, assumiu o ônus das defesas de tais autuações, as quais foram julgadas insubsistentes pela municipalidade em primeira e segunda instâncias administrativas. O assunto está em discussão judicial, e na opinião dos assessores da Companhia a probabilidade de perda é possível. O montante envolvido nos processos administrativos contra a Inspiração é de R\$31.600 para 30 de junho de 2018.

33. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações ("Plano"), ratificado em 13 de janeiro de 2011, alterado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012 e prorrogada pela Assembleia Geral Extraordinária de 20 de abril de 2016. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores ou colaboradores em posição de comando. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do Plano.

As parcelas anuais, cujo período de "vesting" não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Os contratos celebrados antes do registro de companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções "vested" mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo "Black & Scholes". Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores	Valores	Valores a
		registrados no resultado até 31/12/2017	registrados no resultado em 30/06/2018	registrar em períodos futuros
De 2007 até 2014	4.047.916	5.913	-	-
2015	950.000	384	36	71
2016	488.000	900	153	369
2017	1.200.000	490	518	633
Total	6.685.916	7.687	707	1.073

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado					
	01/07/2014	10/11/2014	01/04/2015	28/04/2016	18/08/2017	
Número de executivos contemplados	13	1	8	1	6	24
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	01/07/2018	30/12/2018	14/04/2020	27/04/2021	14/04/2022	
Volatilidade do preço da ação	36,85%	38,80%	41,72%	54,77%	20,75%	
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	13,25%	1,86%	
Preço para exercício por opção R\$	5,03	4,77	2,36	6,03	4,31	
Indexador		Não indexado	Indexado pelo IGP-M	Não indexado	Indexado pelo IGP-M	
Preço para trimestre, corrigido - R\$	5,79	4,77	2,63	4,77	5,99	
Valor justo por opção - R\$:						
Série 1	0,79	0,12	0,49	0,27	2,50	1,67
Série 2	0,97	0,18	0,56	0,4	3,19	1,69
Série 3	1,07	-	-	0,5	3,71	1,75
Série 4	1,12	-	-	0,56	4,14	1,81

Conforme aprovações do Conselho da Administração, até a data de encerramento das informações contábeis de 30 de junho de 2018, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já "vested".

34. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 30 de junho de 2018 e de 2017.

	Consolidado			
	30/06/2018			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	172.437	43.266	50.342	266.045
Custos	(186.673)	(33.259)	-	(219.932)
Lucro bruto	(14.236)	10.007	50.342	46.113
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(6.487)	(8.707)	-	(15.194)
	(20.723)	1.300	50.342	30.919
Despesas administrativas				(16.411)
Resultado financeiro				5.406
Lucro antes dos impostos				19.914

	Consolidado			
	30/06/2017			
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	187.601	85.974	34.850	308.425
Custos	(181.220)	(63.506)	-	(244.726)
Lucro bruto	6.381	22.468	34.850	63.699
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(8.244)	(9.804)	-	(18.048)
	(1.863)	12.664	34.850	45.651
Despesas administrativas				(19.474)
Resultado financeiro				(365)
Lucro antes dos impostos				25.812

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
<u>Receita líquida</u>				
Argentina	10.893	18.709	19.551	25.475
Brasil	48.744	194.106	137.342	247.670
Chile	12.061	53.230	12.702	33.967
Peru	-	-	1.313	1.313
	71.698	266.045	170.908	308.425

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
<u>Lucro (prejuízo) bruto</u>				
Argentina	1.754	5.006	7.615	9.399
Brasil	7.845	32.329	26.859	51.705
Chile	1.487	8.778	1.602	3.701
Peru	-	-	(1.105)	(1.106)
	<u>11.086</u>	<u>46.113</u>	<u>34.971</u>	<u>63.699</u>

	Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
<u>Lucro (Prejuízo) operacional antes dos impostos</u>				
Argentina	1.615	573	3.919	3.424
Brasil	2.553	11.686	11.669	22.872
Chile	2.617	7.946	363	715
Peru	(255)	(338)	(1.200)	(1.234)
USA	25	47	21	35
	<u>6.555</u>	<u>19.914</u>	<u>14.772</u>	<u>25.812</u>

35. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 30 de junho de 2018 e de 2017, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$27 na controladora e consolidado (R\$16 na controladora e R\$19 no consolidado em 31 de dezembro de 2017).
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais redução no montante de R\$4.770 (R\$1.049 em 30 de junho de 2017).

36. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do exercício, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o mesmo período.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33).

O cálculo do lucro por ação está demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	01/04/2018 a 30/06/18	01/01/2018 a 30/06/18	01/04/2017 a 30/06/17	01/01/2017 a 30/06/17
Lucro do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>3.611</u>	<u>7.624</u>	<u>7.948</u>	<u>13.887</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>67.286.065</u>	<u>67.286.065</u>	<u>67.508.165</u>	<u>67.508.165</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>69.502.066</u>	<u>69.502.065</u>	<u>68.398.165</u>	<u>68.398.165</u>
Lucro básico por ação - em reais	<u>0,0537</u>	<u>0,1133</u>	<u>0,1177</u>	<u>0,2057</u>
Lucro diluído por ação - em reais	<u>0,0520</u>	<u>0,1097</u>	<u>0,1162</u>	<u>0,2030</u>

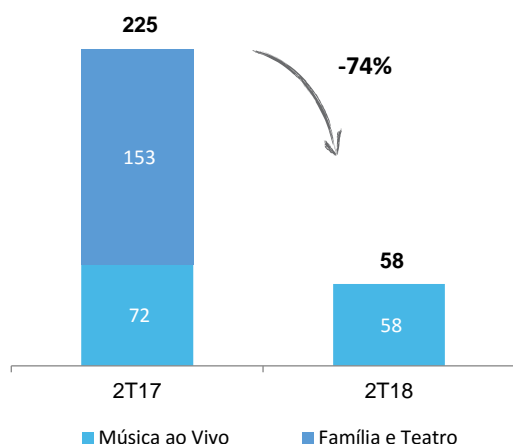
37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 06 de agosto de 2018.

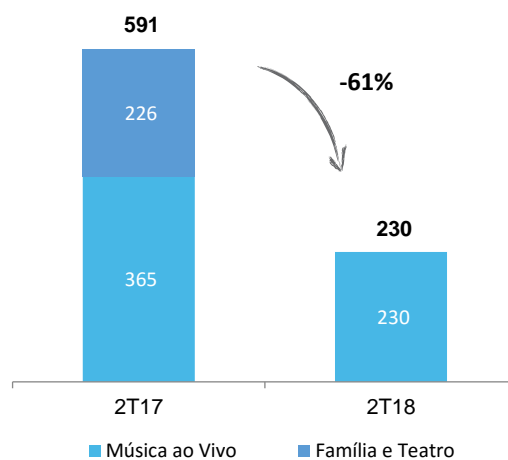
Apresentamos a seguir os comentários sobre os resultados consolidados referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018 (2T18). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Comentários sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Nº Eventos



Ingressos (000)



Indicadores Operacionais

No 2T18 somente promovemos eventos de música ao vivo, com 58 shows e público pagante de 230 mil pessoas, o que representa uma redução no número de eventos e público pagante, respectivamente em 19% e 37%. Além da menor atividade em shows *indoor* em nossas *venues* no mês de junho, devido à Copa Do Mundo, os 6 shows *outdoor* da turnê de Ozzy Osbourne foram concentrados em arenas, sendo apenas 1 em estádio. No 2T17, promovemos 2 shows em estádios da turnê de Justin Bieber e 4 shows da turnê de Elton John & James Taylor, sendo 1 em estádio e 3 em arenas.

Não foram promovidos eventos de família e teatro, pois conforme mencionado em relatórios anteriores, neste ano, devido à logística com os *sets* que viajam em tour, o musical original da Broadway – O Fantasma da Ópera, estreou apenas em agosto, enquanto, no 2T17, apresentamos o musical *Les Misérables* e o Festival Mágico no Gelo.

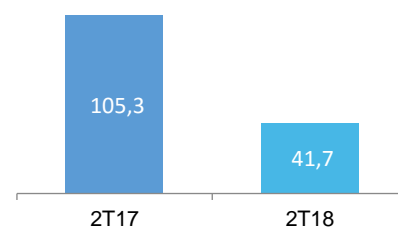
Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Promoção de Eventos	187,6	172,4	-8%	105,3	41,7	-60%
Música ao Vivo	157,9	166,3	5%	82,2	39,6	-52%
Eventos Família e Teatro	26,4	1,9	-93%	21,0	-	-100%
Eventos Esportivos	3,2	4,2	29%	2,1	2,1	1%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	86,0	43,3	-50%	53,2	17,8	-67%
Patrocínio	34,9	50,3	44%	12,4	12,2	-2%
Promoção de Eventos	26,1	44,6	71%	9,2	9,2	0%
Oper. de Bilheteria, A&B e Venues	8,7	5,8	-34%	3,2	3,0	-6%
TOTAL	308,4	266,0	-14%	170,9	71,7	-58%

A receita líquida do 2T18 totalizou R\$71,7 milhões, 58% inferior ao 2T17.

A receita líquida na promoção de eventos diminuiu 60% em relação ao 2T17, totalizando R\$41,7 milhões. Este menor desempenho é resultado da não realização de conteúdos de família e teatro neste trimestre, da promoção de um menor número de shows indoor e da realização de mais shows outdoor em arenas versus estádios. Como consequência houve menos público pagante e redução no preço médio dos ingressos, que passou de R\$195 para R\$174.

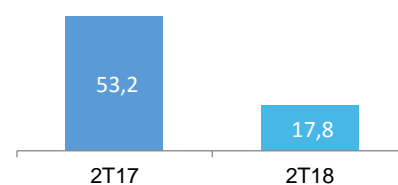
Promoção de Eventos
R\$ mm



A receita líquida de operações de bilheteria, A&B e venues diminuiu 67% no 2T18, principalmente, pela não abertura de vendas para shows outdoor no 2S18 e pela menor atividade na promoção de eventos.

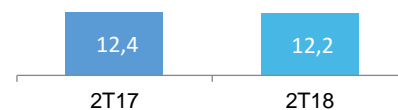
No 2T17, tivemos o início das vendas de ingressos para os shows da turnê de Paul McCartney.

Operação de Bilheteria, A&B e Venues
R\$ mm



A receita líquida de patrocínios totalizou R\$12,2 milhões no 2T18, em linha com o 2T17, mesmo com a redução de atividade na promoção de eventos e na ticketeira, refletindo uma melhora neste segmento em comparação ao ano anterior.

Patrocínios
R\$ mm



Lucro Bruto

Lucro Bruto (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Promoção de Eventos	6,4	(14,2)	n.a.	6,4	(6,0)	n.a.
Operação de Bilheteria, A&B e Venues	22,5	10,0	-55%	16,2	4,9	-70%
Patrocínio	34,9	50,3	44%	12,4	12,2	-2%
Lucro Bruto	63,7	46,1	-28%	35,0	11,1	-68%
<i>Margem Bruta (%)</i>	<i>20,7%</i>	<i>17,3%</i>	<i>-3,3 p.p.</i>	<i>20,5%</i>	<i>15,5%</i>	<i>-5,0 p.p.</i>

O lucro bruto foi de R\$11,1 milhões no 2T18 versus R\$35,0 milhões no 2T17, refletindo a queda de atividade neste trimestre na promotora e na ticketeira, sendo parcialmente compensado pela manutenção de patrocínios em linha ano contra ano.

Despesas (Receitas) Operacionais

Despesas (Receitas) Operacionais (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Vendas	(0,6)	(0,9)	52%	(0,2)	(0,5)	135%
Gerais e Administrativas	(32,2)	(28,6)	-11%	(16,7)	(11,3)	-32%
Remuneração dos Administradores	(5,0)	(6,4)	27%	(1,5)	(4,0)	162%
SG&A	(37,9)	(35,9)	-5%	(18,5)	(15,9)	-14%
Outras receitas (despesas) operacionais	0,4	4,3	n.a.	0,2	4,7	n.a.
Total	(37,5)	(31,6)	-16%	(18,3)	(11,2)	-39%
<i>% Total/Receita Líquida</i>	<i>12,2%</i>	<i>11,9%</i>	<i>-0,3 p.p.</i>	<i>10,7%</i>	<i>15,6%</i>	<i>4,9 p.p.</i>

As despesas com vendas, gerais e administrativas e a remuneração dos administradores reduziram 14% em relação ao 2T17, e as despesas totais reduziram 39%, devido à reversão de provisões para contingências, não recorrentes.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Resultado Líquido	13,0	8,6	-34%	7,2	3,7	-48%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	12,8	11,3	-12%	7,6	2,8	-63%
(+) Resultado Financeiro Líquido	0,4	(5,4)	n.a.	1,9	(6,6)	n.a.
(+) Depreciação	4,9	2,8	-42%	2,2	1,3	-41%
=EBITDA	31,0	17,3	-44%	18,9	1,2	-94%
<i>Margem EBITDA (%)</i>	<i>10,1%</i>	<i>6,5%</i>	<i>-3,5 p.p.</i>	<i>11,0%</i>	<i>1,7%</i>	<i>-9,3 p.p.</i>

Como consequência, o EBITDA no 2T18 foi de R\$1,2 milhão versus R\$18,9 milhões no 2T17.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Receitas Financeiras	6,7	6,1	-9%	3,0	2,6	-13%
Juros Ativos	1,3	0,2	-87%	0,8	(0,3)	n.a.
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5,3	5,9	10%	2,1	2,9	33%
Outros	0,1	0,1	-22%	0,1	0,0	-32%
Despesas Financeiras	(8,0)	(3,9)	-52%	(3,8)	(1,5)	-61%
Juros Passivos	(2,2)	(0,4)	-80%	(1,3)	0,4	n.a.
Juros com Empréstimos - Debêntures	(2,6)	(0,9)	-65%	(1,0)	(0,4)	-66%
Perdas com Operações de Swap	(0,7)	-	-100%	-	-	n.a.
Impostos sobre Transações Financeiras	(1,5)	(1,1)	-26%	(1,0)	(0,3)	-68%
Outros	(1,0)	(1,4)	37%	(0,5)	(1,2)	119%
Variação Cambial	0,9	3,1	259%	(1,0)	5,5	n.a.
Resultado Financeiro Líquido	(0,4)	5,4	n.a.	(1,9)	6,6	n.a.

No 2T18, o resultado financeiro líquido foi positivo em R\$6,6 milhões, versus R\$1,9 milhão negativo no 2T17, resultado de uma receita financeira superior em R\$1,1 milhão às despesas financeiras (devido ao baixo endividamento), somada a uma variação cambial positiva de R\$5,5 milhões nas operações de hedge do Brasil e Argentina.

Resultado Líquido

Lucro Líquido (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Resultado Antes de Impostos	25,8	19,9	-23%	14,8	6,6	-56%
(-) IRRF e CSSL (Corrente)	(5,6)	(8,1)	46%	(3,0)	0,4	n.a.
(-) IRRF e CSSL (Diferido)	(7,3)	(3,2)	-56%	(4,6)	(3,2)	-30%
Lucro Líquido	13,0	8,6	-34%	7,2	3,7	-48%
<i>Margem Líquida (%)</i>	4,2%	3,2%	-1,0 p.p.	4,2%	5,2%	1,0 p.p.

Como consequência, o trimestre encerrado em 30 de junho de 2018 apresentou lucro líquido de R\$3,7 milhões.

Capital de Giro

Capital de Giro (R\$ mm)	2T17	1T18	2T18	Var. % (2T18/1T18)	Var. % (2T18/2T17)
Ativo	230,5	184,1	154,3	-16%	-33%
Contas a Receber	149,8	133,5	50,8	-62%	-66%
Estoques	1,7	0,9	0,9	-5%	-48%
Adiant. a Fornecedores e Custos Antecipados	79,0	49,6	102,6	107%	30%
Passivo	259,5	237,3	194,1	-18%	-25%
Fornecedores	137,8	115,3	68,9	-40%	-50%
Adiantamento de Clientes	121,7	122,0	125,3	3%	3%
Capital de Giro	(29,0)	(53,2)	(39,9)	-25%	37%

No 2T18 apresentamos capital de giro negativo de R\$39,9 milhões, versus R\$53,2 milhões no 1T18 e R\$29,0 milhões no 2T17. A manutenção do capital de giro negativo deve-se principalmente ao nosso modelo de negócios, no qual apresentamos venda antecipada de ingressos e patrocínios (registradas em adiantamentos de clientes), frente aos pagamentos dos gastos com fornecedores concentrados em sua grande maioria em datas próximas aos eventos relacionados.

Caixa e Endividamento

Caixa e Endividamento (R\$ mm)	1S17	1S18	Var. %	2T17	2T18	Var. %
Fluxo de Caixa Operacional	52,0	(6,4)	n.a.	52,5	(58,1)	n.a.
Fluxo de Caixa de Investimento	6,2	(1,5)	n.a.	(4,1)	(1,1)	-74%
Fluxo de Caixa de Financiamento	(13,3)	(26,0)	95%	(2,5)	(18,8)	645%
Variação Cambial sobre Saldos de Caixa	1,6	6,9	339%	1,4	6,1	350%
Aumento (Redução) em Caixa e Equivalentes	46,4	(26,9)	-158%	47,2	(71,8)	-252%
Saldo de Caixa + Aplicações	169,5	171,7	1%	169,5	171,7	1%
Empréstimos e Financiamentos - CP	17,9	17,1	-4%	17,9	17,1	-4%
Empréstimos e Financiamentos - LP	16,7	-	-100%	16,7	-	-100%
Endividamento Total	34,6	17,1	-51%	34,6	17,1	-51%
Caixa (Dívida) Líquido	135,0	154,6	15%	135,0	154,6	15%

Encerramos o 2T18 com R\$171,7 milhões em caixa, em linha com o 2T17, mesmo com o pagamento de R\$21,1 milhões de dividendos e redução de 51% no endividamento da Companhia.

- Caixa operacional: consumimos R\$58,1 milhões, pois realizamos os pagamentos de cachê e custos de produção dos shows realizados no 1T18 e não iniciamos vendas de ingressos, no 2T18, para grandes shows futuros.
- Investimentos: foram gastos R\$567 mil em capex de manutenção e investidos R\$503 mil em aplicações financeiras.
- Financiamento: dispendemos R\$21,1 milhões no pagamento de dividendos e R\$1,1 milhão com aquisição de ações próprias, que foram parcialmente compensados pelo recebimento de R\$3,4 milhões de partes relacionadas.

Encerramos o 2T18 com: (i) endividamento total de R\$17,1 milhões, 51% inferior ao 2T17 e em linha com o 1T18, e (ii) caixa líquido de R\$154,6 milhões (-32% vs. 1T18 e +15% vs. 2T17).

Pipeline de Eventos

- **Música ao Vivo**

Outdoor

No 3T18, promoveremos o festival Villa Mix em São Paulo, com Jorge & Mateus, Gustavo Lima, Matheus e Kauan, Alok, entre outros, e iniciaremos as vendas de ingressos para a nossa 6ª edição do Lollapalooza Brasil, que será em abril de 2019.

Em outubro, promoveremos 10 shows da turnê de Roger Waters em estádios, sendo 8 shows em 7 capitais brasileiras, e 2 em Buenos Aires.

Em novembro, apresentaremos o festival Solid Rock, com Judas Priest, Alice in Chains e Black Star Riders no Allianz Parque (estádio) em São Paulo e em arenas em Buenos Aires e Santiago.

Em dezembro, apresentaremos o festival Summer Break, que terá como headliner o Noel Gallagher em arenas em São Paulo e Santiago.

Indoor

Em música *indoor*, já temos programados ao redor de 50 shows para o 3T18, incluindo importantes artistas internacionais e nacionais como: Laura Pausini, Roberto Carlos, Sou Luna, Kasabian, Capital Inicial, J Balvin e Ricardo Arjona.

- **Eventos Família e Teatro**

Estreamos em 1º de agosto, o musical original da Broadway, O Fantasma da Ópera, que foi nosso recorde de público entre todos os nossos musicais, quando apresentado em 2005/2006. Considerando-se a quantidade de ingressos vendidos até a estreia, esta nova versão de O Fantasma da Ópera, também continua no topo.

- **Eventos Esportivos**

No 3T18, promoveremos 4 das 12 etapas da Stock Car, incluindo a tradicional “Corrida do Milhão” e 3 das 8 etapas do Campeonato Brasileiro de Marcas e da Stock Car Light.